

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	10
DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	11

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	43
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2015</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	114.181.880
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>114.181.880</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	25/02/2015	Dividendo	27/03/2015	Ordinária		0,43295
Assembléia Geral Extraordinária	30/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	30/09/2015	Ordinária		0,01670
Assembléia Geral Extraordinária	30/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	30/09/2015	Ordinária		0,01829

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	727.004	841.559
1.01	Ativo Circulante	117.638	162.156
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	33.883	41.572
1.01.03	Contas a Receber	22.795	19.622
1.01.03.01	Clientes	22.677	19.530
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	118	92
1.01.04	Estoques	0	1.669
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.941	948
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	59.019	98.345
1.01.08.03	Outros	59.019	98.345
1.01.08.03.01	Impostos a Recuperar	6.341	6.158
1.01.08.03.02	Contas a Receber - partes relacionadas	31.418	33.453
1.01.08.03.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	21.260	58.734
1.02	Ativo Não Circulante	609.366	679.403
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	352.212	400.765
1.02.01.06	Tributos Diferidos	48.562	46.414
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	48.562	46.414
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	303.490	354.230
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	303.490	354.230
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	160	121
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	160	121
1.02.03	Imobilizado	954	1.028
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	954	1.028
1.02.04	Intangível	256.200	277.610
1.02.04.01	Intangíveis	256.200	277.610

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	727.004	841.559
2.01	Passivo Circulante	261.670	242.679
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.378	3.492
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.378	3.492
2.01.02	Fornecedores	3.103	4.835
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.103	4.835
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.321	15.265
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.884	13.645
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.236	11.846
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.648	1.799
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.437	1.620
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	175.821	172.103
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	429	286
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	429	286
2.01.04.02	Debêntures	175.392	171.817
2.01.05	Outras Obrigações	20.228	19.211
2.01.05.02	Outros	20.228	19.211
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.396	4.913
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	2.209	2.464
2.01.05.02.05	Credores pela Concessão	8.342	8.075
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	2.123	185
2.01.05.02.07	Contas a Pagar com Partes Relacionadas	2.119	3.331
2.01.05.02.08	Outros	2.039	243
2.01.06	Provisões	45.819	27.773
2.01.06.02	Outras Provisões	45.819	27.773
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	45.819	27.773
2.02	Passivo Não Circulante	291.418	407.931
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	202.684	309.289
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	569	782
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	569	782
2.02.01.02	Debêntures	202.115	308.507
2.02.02	Outras Obrigações	16.016	18.669
2.02.02.02	Outros	16.016	18.669
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	16.016	18.669
2.02.04	Provisões	72.718	79.973
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.047	967
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	25	24
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.022	943
2.02.04.02	Outras Provisões	71.671	79.006
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	69.195	76.594
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	2.476	2.412
2.03	Patrimônio Líquido	173.916	190.949
2.03.01	Capital Social Realizado	117.655	117.655
2.03.02	Reservas de Capital	330	330
2.03.04	Reservas de Lucros	55.931	72.964
2.03.04.01	Reserva Legal	23.532	23.532

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	32.399	49.432

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	83.128	165.308	95.837	184.335
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-43.125	-88.084	-50.893	-98.689
3.03	Resultado Bruto	40.003	77.224	44.944	85.646
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.944	-11.006	-5.884	-8.813
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.049	-11.206	-6.014	-9.052
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-5.531	-10.135	-5.459	-8.296
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-508	-992	-530	-685
3.04.02.03	Tributárias	-10	-79	-25	-71
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	105	200	130	239
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	34.059	66.218	39.060	76.833
3.06	Resultado Financeiro	-3.025	-11.980	-3.984	-8.977
3.06.01	Receitas Financeiras	11.823	25.741	12.179	24.221
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.848	-37.721	-16.163	-33.198
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	31.034	54.238	35.076	67.856
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.975	-17.844	-10.767	-21.227
3.08.01	Corrente	-10.901	-19.992	-12.940	-26.008
3.08.02	Diferido	926	2.148	2.173	4.781
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	21.059	36.394	24.309	46.629
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	21.059	36.394	24.309	46.629
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,18440	0,31870	0,21290	0,40837
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,18440	0,31870	0,21290	0,40837

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	21.059	36.394	24.309	46.629
4.03	Resultado Abrangente do Período	21.059	36.394	24.309	46.629



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	99.570	89.018
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	94.420	87.368
6.01.01.01	Lucro Líquido	36.394	46.629
6.01.01.02	Baixa de Ativo Permanente	659	57
6.01.01.03	Imposto de renda e Contribuição social Diferidos	-2.148	-4.781
6.01.01.04	Despesas de Juros, Liquida de Receitas	7.389	13.183
6.01.01.05	Aumento (redução) das provisões para riscos civeis e trabalhistas	104	-77
6.01.01.06	Reversão de Receita Diferida	0	170
6.01.01.07	Provisão para Manutenção em Rodovias	11.929	7.242
6.01.01.08	Resultado Financeiro com Ajuste a Valor Presente	5.032	2.687
6.01.01.09	Depreciação e Amortização	35.061	22.258
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	5.150	1.650
6.01.02.01	Contas a Receber	-3.147	-232
6.01.02.02	Outros Créditos	-26	-29
6.01.02.03	Estoques	1.669	-183
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-993	-877
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	3.590	1.464
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-39	-36
6.01.02.07	Fornecedores	3.086	-36
6.01.02.08	Fornecedores-Partes Relacionadas	50	491
6.01.02.09	Obrigações Sociais	886	-96
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	14.732	22.192
6.01.02.11	Cauções Contratuais	21	91
6.01.02.12	Credores pela Concessão	-29	-20
6.01.02.13	Outros	3.733	2.012
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-18.275	-23.049
6.01.02.15	Aumento (redução) das provisões para riscos civeis e trabalhistas	-24	-42
6.01.02.16	Despesas Antecipadas sobre Empréstimos	340	0
6.01.02.17	Contas a Receber Partes Relacionadas	-424	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	12.203	-40.029
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado	-107	-368
6.02.02	Adições ao Intangível	-26.735	-32.000
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-28.304	-19.943
6.02.04	Resgate sobre as Aplicações Financeiras	67.349	12.282
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-119.462	-172.096
6.03.02	Pagamentos Principal (empréstimos, financiamentos e debêntures)	-88.000	-121
6.03.03	Pagamentos Juros (empréstimos, financiamentos e debêntures)	-45.381	-17.414
6.03.04	Pagamentos Credores pela Concessão	-3.910	-3.624
6.03.05	Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio	-4.913	-3.685
6.03.06	Pagamento de Dividendos	-49.432	-47.252
6.03.07	Empréstimos de mútuo a partes relacionadas	0	-100.000
6.03.08	Mútuo (principal)	23.000	0

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
6.03.09	Juros sobre Mútuo	49.274	0
6.03.10	Pagamento Principal - Finame	-71	0
6.03.11	Pagamento Juros - Finame	-29	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-7.689	-123.107
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	41.572	195.356
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	33.883	72.249

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	117.655	330	72.964	0	0	190.949
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	117.655	330	72.964	0	0	190.949
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-49.432	-3.995	0	-53.427
5.04.06	Dividendos	0	0	-49.432	0	0	-49.432
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-3.995	0	-3.995
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	36.394	0	36.394
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	36.394	0	36.394
5.07	Saldos Finais	117.655	330	23.532	32.399	0	173.916

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	117.655	330	70.784	0	0	188.769
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	117.655	330	70.784	0	0	188.769
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-47.252	-4.299	0	-51.551
5.04.06	Dividendos	0	0	-47.252	0	0	-47.252
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-4.299	0	-4.299
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	46.629	0	46.629
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	46.629	0	46.629
5.07	Saldos Finais	117.655	330	23.532	42.330	0	183.847

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
7.01	Receitas	179.671	198.669
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	164.325	164.011
7.01.02	Outras Receitas	1.217	1.151
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	14.129	33.507
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-50.560	-75.566
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-42.173	-67.964
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.268	-3.747
7.02.04	Outros	-4.119	-3.855
7.02.04.01	Custo da Concessão	-4.039	-3.974
7.02.04.02	Outros	-80	119
7.03	Valor Adicionado Bruto	129.111	123.103
7.04	Retenções	-35.061	-22.258
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-35.061	-22.258
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	94.050	100.845
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	25.941	24.460
7.06.02	Receitas Financeiras	25.741	24.221
7.06.03	Outros	200	239
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	119.991	125.305
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	119.991	125.305
7.08.01	Pessoal	11.089	8.188
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.930	6.048
7.08.01.02	Benefícios	2.423	1.614
7.08.01.03	F.G.T.S.	736	526
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	34.495	37.421
7.08.02.01	Federais	26.157	29.125
7.08.02.02	Estaduais	28	18
7.08.02.03	Municipais	8.310	8.278
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	38.013	33.067
7.08.03.01	Juros	31.104	28.870
7.08.03.02	Aluguéis	1.877	1.510
7.08.03.03	Outras	5.032	2.687
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	36.394	46.629
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.995	4.299
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	32.399	42.330

Ribeirão Preto, 05 de agosto de 2015 - A Autovias S.A. comenta seu resultado relativo ao primeiro semestre de 2015, período encerrado em 30 de junho de 2015. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais e estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

## COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

### Tráfego Pedagiado:

- O volume do tráfego pedagiado no 2T15 foi de 11,5 milhões de veículos equivalentes, apresentando uma retração de 5,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior reflexo da desaceleração do mercado de trabalho pelo enfraquecimento da economia o que torna o consumo enfraquecido.
- Em relação ao 1T15 apresenta um ligeiro aumento de 1,2%. Esse crescimento sofre contribuição (em nossa região) com o início da safra da cana que, geralmente tem o início no mês de abril. Percebemos também que no segundo trimestre houve uma retomada dos veículos comerciais pelo fato de que, no primeiros meses do ano há o fator férias somado ao carnaval.

### Receita Operacional Bruta:

- A Companhia obteve uma receita bruta total no 2T15 de R\$ 90,4 milhões, apresentando queda de R\$ 12,7 milhões ou 12,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior decorrente da Receita de Obras pelo término da Obra de Remodelação do Trevo Adalberto da Silveira – Km 307+500mts da SP-330 em Ribeirão Preto-SP. Em relação ao 1T15 houve um ligeiro aumento de R\$ 1,1 milhões, ou 1,2% decorrente do aumento do tráfego pedagiado observado no período.

### Custos e Despesas:

- Os custos e despesas totais no 2T15 (excluído depreciação e amortização) diminuíram R\$12,5 milhões ou 27,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior, impulsionados principalmente pelos custos de serviço construção pela entrega em dezembro/14 da obra de Remodelação do Trevo Adalberto da Silveira - km 307+500m da SP-330 em Ribeirão Preto – SP incluída no cronograma do contrato de concessão em maio de 2013. Em relação ao 1T15 apresentaram aumento de R\$1,4milhão ou 4,6% reflexo das rescisões de contrato de trabalho efetuadas no período.
- Excluindo o custo de serviço de construção os custos e despesas equilibrados relação ao mesmo período do ano anterior e 7,9% maiores em comparação ao 1T15, reflexo das indenizações trabalhistas em função das rescisões efetuados no período.

### EBITDA e EBITDA Ajustado:

- O EBITDA e o EBITDA AJUSTADO se apresentaram estáveis quando comparado ao mesmo período do ano anterior demonstrando ligeira queda de 0,3% e 1,4%, principalmente em razão da diminuição em maior proporção das receitas em relação aos custos de despesas. Em relação ao

## Comentário **Autovias** Junho



1T15, o EBITDA diminuiu 1,0%. Vale mencionar que sem os efeitos da provisão para a manutenção em rodovias, em atendimento as novas normas contábeis conforme ICPC 01, o EBITDA ajustado apresentou aumento de 0,5%.

### **Resultado Financeiro:**

- A Companhia obteve um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 3,0 milhões, representando uma queda de 66,2% em relação ao trimestre anterior, em função principalmente da diminuição das despesas financeiras pelas amortizações dos juros e principal das debêntures 1ª série 2ª emissão e 3ª série ocorridas em fevereiro e março/2015.

### **Lucro Líquido:**

- A Companhia obteve lucro de R\$21,1 milhões no 2T15, apresentando uma queda de 13,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior e um aumento de 37,3% em relação ao 1T15, em razão das variações previamente apresentadas.

### **Endividamento:**

- A Autovias encerrou o 2T15 com um endividamento bruto de R\$378,5 milhões contra R\$365,4 milhões no trimestre anterior. O aumento apresentado decorre principalmente pelos juros acumulados do período referente às debêntures da 1ª emissão 2ª série e da 3ª emissão (série CDI).
- O endividamento líquido da Companhia passou de R\$346,3 milhões no 1T15 para R\$323,4 milhões no 2T15, apresentando uma diminuição de R\$ 22,9 milhões face aumento do saldo de caixa no período.

### **Investimentos**

- No 2T15 a Companhia investiu R\$7,6 milhões em ativos imobilizados e intangíveis em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão.
- Adicionalmente a Companhia teve um desembolso de R\$ 4,3 milhões com obras e serviços de manutenção e conservação da rodovia. Foram realizadas obras de recuperação do pavimento das rodovias, melhorias e execução de passarelas, recuperação de estruturas de contenção, implantação de elementos de proteção e segurança, dentre outras.

## ANEXO 1 – TABELA Demonstração dos Resultados:

Veículos Equivalentes	2T15	1T15	2T14	Var% 2T15/1T15	Var% 2T15/2T14	1S15	1S14	Var% 1S15/1S14
Autovias	11.491.736	11.351.316	12.155.157	1,2%	-5,5%	22.843.051	24.002.456	-4,8%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)								
	2T15	1T15	2T14	Var% 2T15/1T15	Var% 2T15/2T14	1S15	1S14	Var% 1S15/1S14
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>90.374</b>	<b>89.297</b>	<b>103.123</b>	<b>1,2%</b>	<b>-12,4%</b>	<b>179.671</b>	<b>198.669</b>	<b>-9,6%</b>
Receitas de pedágio	82.933	81.392	83.390	1,9%	-0,5%	164.325	164.011	0,2%
Receitas de obras	6.832	7.297	19.161	-6,4%	-64,3%	14.129	33.507	-57,8%
Receitas acessórias	609	608	572	0,2%	6,5%	1.217	1.151	5,7%
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(7.246)</b>	<b>(7.117)</b>	<b>(7.286)</b>	<b>1,8%</b>	<b>-0,5%</b>	<b>(14.363)</b>	<b>(14.334)</b>	<b>0,2%</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>83.128</b>	<b>82.180</b>	<b>95.837</b>	<b>1,2%</b>	<b>-13,3%</b>	<b>165.308</b>	<b>184.335</b>	<b>-10,3%</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS</b>	<b>(32.735)</b>	<b>(31.294)</b>	<b>(45.267)</b>	<b>4,6%</b>	<b>-27,7%</b>	<b>(64.029)</b>	<b>(85.243)</b>	<b>-24,9%</b>
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(11.186)	(10.979)	(10.814)	1,9%	3,4%	(22.165)	(21.642)	2,4%
Custo dos serv. de construção	(6.832)	(7.297)	(19.161)	-6,4%	-64,3%	(14.129)	(33.507)	-57,8%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(5.448)	(4.517)	(5.375)	20,6%	1,4%	(9.965)	(8.136)	22,5%
Remuneração da administração	(508)	(484)	(530)	5,0%	-4,2%	(992)	(685)	44,8%
Despesas tributárias	(10)	(69)	(25)	-85,5%	-60,3%	(79)	(71)	11,8%
Provisão para manutenção em rodovias	(8.856)	(8.043)	(9.493)	10,1%	-6,7%	(16.899)	(21.440)	-21,2%
Outras receitas operacionais, líquidas	105	95	130	10,5%	-19,2%	200	239	-16,3%
<b>EBITDA</b>	<b>50.393</b>	<b>50.886</b>	<b>50.570</b>	<b>-1,0%</b>	<b>-0,3%</b>	<b>101.279</b>	<b>99.092</b>	<b>2,2%</b>
Margem EBITDA	60,6%	61,9%	52,8%			61,3%	53,8%	
<b>DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES</b>	<b>(16.334)</b>	<b>(18.727)</b>	<b>(11.510)</b>	<b>-12,8%</b>	<b>41,9%</b>	<b>(35.061)</b>	<b>(22.258)</b>	<b>57,5%</b>
Depreciação de imobilizado	(83)	(87)	(84)	-4,6%	-1,6%	(169)	(161)	5,2%
Amortização do intangível	(16.251)	(18.640)	(11.425)	-12,8%	42,2%	(34.891)	(22.098)	57,9%
0	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(3.025)</b>	<b>(8.955)</b>	<b>(3.984)</b>	<b>-66,2%</b>	<b>-24,1%</b>	<b>(11.980)</b>	<b>(8.977)</b>	<b>33,5%</b>
Receitas financeiras	11.823	13.918	12.179	-15,1%	-2,9%	25.741	24.221	6,3%
Despesas financeiras	(14.848)	(22.873)	(16.163)	-35,1%	-8,1%	(37.721)	(33.198)	13,6%
<b>LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>31.034</b>	<b>23.204</b>	<b>35.076</b>	<b>33,7%</b>	<b>-11,5%</b>	<b>54.237</b>	<b>67.857</b>	<b>-20,1%</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(9.975)</b>	<b>(7.869)</b>	<b>(10.767)</b>	<b>26,8%</b>	<b>-7,4%</b>	<b>(17.844)</b>	<b>(21.227)</b>	<b>-15,9%</b>
Corrente	(10.901)	(9.091)	(12.940)	19,9%	-15,8%	(19.992)	(26.008)	-23,1%
Diferido	926	1.222	2.173	-24,2%	-57,4%	2.148	4.781	-55,1%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>21.059</b>	<b>15.335</b>	<b>24.309</b>	<b>37,3%</b>	<b>-13,4%</b>	<b>36.393</b>	<b>46.630</b>	<b>-22,0%</b>

EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)								
	2T15	1T15	2T14	Var% 2T15/1T15	Var% 2T15/2T14	1S15	1S14	Var% 1S15/1S14
<b>EBITDA 1</b>	<b>50.393</b>	<b>50.886</b>	<b>50.570</b>	<b>-1,0%</b>	<b>-0,3%</b>	<b>101.279</b>	<b>99.092</b>	<b>2,2%</b>
(+) Provisão para manutenção de rodovias	8.856	8.043	9.493	10,1%	-6,7%	16.899	21.440	-21,2%
<b>EBITDA Ajustado 2</b>	<b>59.249</b>	<b>58.929</b>	<b>60.062</b>	<b>0,5%</b>	<b>-1,4%</b>	<b>118.178</b>	<b>120.533</b>	<b>-2,0%</b>

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.



## Notas Explicativas

# *Autovias S.A.*

*Informações Trimestrais para o Período  
Fimdo em 30 de Junho de 2015*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

**Notas Explicativas**

Autovias S.A.

AUTOVIAS S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015****(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

---

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Autovias S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 23 de julho de 1998, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 1 de setembro de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 18/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.646 de 18 de dezembro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia Antônio Machado Sant’anna SP-255 (Ribeirão Preto - entroncamento com a SP-328 - Anel Viário de Ribeirão Preto e Araraquara - entroncamento com a SP 310), SP-318 Rodovia Engenheiro Thales de Lorena Peixoto Júnior (acesso a São Carlos e Rincão - entroncamento com a SP-255), SP-345 Rodovia Engenheiro Ronan Rocha (Franca - entroncamento com a SP-334 e Itirapuã), SP-330 Rodovia Anhanguera (Santa Rita do Passa Quatro e Ribeirão Preto - entroncamento com a SP-334) e SP- 334 Rodovia Cândido Portinari (Ribeirão Preto - entroncamento com a Via Anhanguera e Franca), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo a funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

Por meio do Termo Aditivo e modificativo nº 19/14 de 16 de janeiro de 2015, foi autorizado pela ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante a prorrogação do prazo de concessão estimado em mais 3 meses e 19 dias sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 18 de dezembro de 2018. Este prazo poderá ser prorrogado ou reduzido por intermédio de processo administrativo próprio, que deverá ser concluído antes do início de vigência do prazo mencionado, nos termos da Resolução ARTESP/1, de 25 de março de 2013.

A Sociedade é uma subsidiária “estrategicamente importante” para o seu acionista controlador Arteris S.A.. A concessionária conta com uma qualidade de crédito que reflete a combinação da solidez econômica e a capacidade de gerar caixa para prover recursos suficientes, de modo que a mesma possa lidar com suas obrigações com terceiros e, ainda, continuar realizando os investimentos necessários, de acordo com os contratos de concessão assinados e distribuir dividendos para sua controladora.

No trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2015 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

## Notas Explicativas

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 05 de agosto de 2015.

### 2. CONCESSÕES

No trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2015 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2014, além do mencionado abaixo:

A Sociedade estima, na data de 30 de junho de 2015, os montantes de R\$112.368 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$174.844 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 30 de junho de 2015 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

### 3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais estão de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações relativas a: bases de mensuração e reconhecimento; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, exceto pela mudança de estimativa na determinação da amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão, conforme divulgado abaixo.

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo, até 31 de dezembro de 2014, era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a Sociedade passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, prospectivamente, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**Notas Explicativas**

Autovias S.A.

**4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e, portanto, devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

- 4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	49.360	30.078
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	45.819	27.773
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(3.541)</u>	<u>(2.305)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	8.553	8.279
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	8.342	8.075
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(211)</u>	<u>(204)</u>
<u>Não circulantes</u>		
Provisão para investimento em rodovias - real	2.900	2.900
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	2.476	2.412
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(424)</u>	<u>(488)</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	79.179	89.313
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	69.195	76.594
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(9.984)</u>	<u>(12.719)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	17.758	20.948
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	16.016	18.669
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(1.742)</u>	<u>(2.279)</u>

(\*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 15.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

**4.2 Ativo intangível**

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014 era

## Notas Explicativas

reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do período da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

### Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização, até 31 de dezembro de 2014, era reconhecida no resultado, substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego estimada para o período de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente de concessão a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e contas bancárias	1.138	2.142
Aplicações financeiras (*)	<u>32.745</u>	<u>39.430</u>
Total	<u><u>33.883</u></u>	<u><u>41.572</u></u>

(\*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, essas aplicações se referem a fundo de investimento exclusivo, composto basicamente por títulos públicos federais e títulos atrelados ao CDI, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 101,26% da variação do CDI no período.

**Notas Explicativas**

Autovias S.A.

**6. CONTAS A RECEBER**

Estão representadas por:

	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	21.482	19.023
Cupons de pedágio a receber	253	242
Cartões de pedágio a receber	303	121
Receitas acessórias a receber	639	144
<b>Total</b>	<u><u>22.677</u></u>	<u><u>19.530</u></u>

(\*) Conforme nota explicativa nº 24.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2015. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Bases do ativo diferido:		
Provisão de participação nos lucros	817	1.157
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	1.047	967
Provisão para manutenção	115.014	104.367
Ajuste dos encargos financeiros	2.237	1.565
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (b)		
Diferenças ativas de intangível, diferido e imobilizado, líquidas	37.943	37.943
Amortização ativas dos ajustes - mudança de práticas contábeis	(14.229)	(9.487)
<b>Base de cálculo</b>	<u>142.829</u>	<u>136.512</u>
<b>Alíquota nominal combinada</b>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
<b>Total do imposto de renda e contribuição social</b>	<u><u>48.562</u></u>	<u><u>46.414</u></u>

(a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(b) A partir de 1º de janeiro de 2014 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando antecipadamente a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

## Notas Explicativas

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Período a findar-se em:

<u>Ativo não circulante</u>	
2016 (após junho)	16.365
2017	16.365
2018	15.832
	<u>48.562</u>

### 8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

#### Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo e depositando diariamente parte de sua arrecadação para fazer frente ao pagamento dos juros e da parcela de principal (anual) das debêntures da 1ª emissão 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No período findo em 30 de junho de 2015 o valor da aplicação é de R\$21.260 (R\$58.734 em 31 de dezembro de 2014), essas aplicações foram remuneradas em média 99,74% da variação do CDI.

## Notas Explicativas

Autovias S.A.

## 9. IMOBILIZADO

A movimentação em 30 de junho de 2015 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periférico	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2014	1.091	1.005	373	485	2.954
Adições	50	57	-	-	107
Alienações/baixas	-	-	(84)	-	(84)
Saldo em 30.06.2015	<u>1.141</u>	<u>1.062</u>	<u>289</u>	<u>485</u>	<u>2.977</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2014	(752)	(654)	(200)	(320)	(1.926)
Depreciações	(49)	(65)	(31)	(25)	(170)
Alienações/baixas	-	-	73	-	73
Saldo em 30.06.2015	<u>(801)</u>	<u>(719)</u>	<u>(158)</u>	<u>(345)</u>	<u>(2.023)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2014	339	351	173	165	1.028
Saldo em 30.06.2015	340	343	131	140	954
Taxas de depreciação - %	12%	21%	20%	11%	



## Notas Explicativas

Autovias S.A.

## 10. INTANGÍVEL

A movimentação em 30 de junho de 2015 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2014	706.744	28.254	192	3.500	14.305	656	753.651
Adições	11.353	-	-	83	2.693	-	14.129
Transferências / Reclasificações	6.862	-	-	-	(6.862)	-	-
Alienações/baixas	(3)	-	-	-	-	(645)	(648)
Saldo em 30.06.2015	<u>724.956</u>	<u>28.254</u>	<u>192</u>	<u>3.583</u>	<u>10.136</u>	<u>11</u>	<u>767.132</u>
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2014	(451.088)	(22.456)	(151)	(2.346)	-	-	(476.041)
Amortizações	(33.954)	(778)	(5)	(154)	-	-	(34.891)
Saldo em 30.06.2015	<u>(485.042)</u>	<u>(23.234)</u>	<u>(156)</u>	<u>(2.500)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(510.932)</u>
<u>Intangível Líquido</u>							
Saldo em 31.12.2014	255.656	5.798	41	1.154	14.305	656	277.610
Saldo em 30.06.2015	239.914	5.020	36	1.083	10.136	11	256.200
Taxas de amortização - %	14%	14%	14%	14%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

(b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 15.

(c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Autovias. Esse valor está sendo amortizado linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

**Notas Explicativas**

Autovias S.A.

**11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Passivo circulante:				
Financiamento de veículos (Finame) (a)	6,00% a.a.	outubro/2017	429	286
Passivo não circulante:				
Financiamento de veículos (Finame) (a)	6,00% a.a.	outubro/2017	<u>569</u>	<u>782</u>
Total			<u><u>998</u></u>	<u><u>1.068</u></u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

(a) Recursos obtidos para financiamento de veículos, tendo como garantia o próprio bem.

Em 30 de junho de 2015, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2016 (após junho)	213
2017	<u>356</u>
	<u><u>569</u></u>

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

**12. DEBÊNTURES**

Estão representados por:

	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>30.06.2015</u>		<u>31.12.2014</u>	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
1ª emissão (a)	120.000	IPCA + 8,0% a.a.	março/2017	68.226	46.376	63.524	104.984
3ª emissão (b)	<u>30.000</u>	CDI + 0,83% a.a.	agosto/2017	<u>107.661</u>	<u>156.000</u>	<u>108.912</u>	<u>204.000</u>
	<u>150.000</u>			<u>175.887</u>	<u>202.376</u>	<u>172.436</u>	<u>308.984</u>
Custo de transação				(495)	(261)	(619)	(477)
Total				<u>175.392</u>	<u>202.115</u>	<u>171.817</u>	<u>308.507</u>

(a) 1ª emissão 2ª série de debêntures de 15 de março de 2010, com valor nominal unitário em 30 de junho de 2015 de R\$1 (mil reais) cada uma.

(b) 3ª emissão de debêntures emitidas em 18 de dezembro de 2013 com valor nominal unitário em 30 de junho de 2015 de R\$10 (dez mil reais) cada uma.

## Notas Explicativas

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Data integralização	Valor subscrito
1ª emissão	15.03.2010	120.000	27.04.2010	121.900
3ª emissão	18.12.2013	300.000	26.12.2013	300.363
		<u>420.000</u>		<u>422.263</u>

A remuneração das debêntures da 1ª emissão - 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março, desde março de 2011, e amortizada anualmente em 3 parcelas a partir de 15 de março de 2015.

A remuneração das debêntures da 3ª emissão é paga semestralmente desde 20 de fevereiro de 2014 e seu valor nominal amortizado em 6 parcelas semestrais, desde fevereiro de 2015.

Em 30 de junho de 2015, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2016 (após junho)	54.221
2017	147.894
	<u>202.115</u>

As debêntures da 1ª emissão 2ª série contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública”, arquivado na CVM.

Em 30 de junho de 2015, a Sociedade não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas até o limite de 51%. Atualmente esse percentual se encontra em 51%.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento (“Sinking Fund”), conforme descrito na nota explicativa nº 8.

As debêntures da 3ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

**Notas Explicativas**

Autovias S.A.

Em 30 de junho de 2015, a Sociedade, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

**13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e as transações realizadas nos períodos findos em 30 de junho de 2015 e de 2014, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Empréstimo:		
Arteris S.A. (d)	30.766	33.225
Contas a receber:		
Centrovias S.A.	223	73
Intervias S.A.	263	75
Vianorte S.A.	166	80
Total	<u>31.418</u>	<u>33.453</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
Empréstimo:		
Arteris S.A. (d)	303.490	354.230
Total	<u>303.490</u>	<u>354.230</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (b)	854	1.024
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.(c)	857	2.080
Latina Sinalização de Rodovias Ltda.(c)	406	172
Centrovias S.A. (a)	2	6
Vianorte S.A. (a)	-	49
Total	<u>2.119</u>	<u>3.331</u>
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.	3.396	4.913
Total	<u>3.396</u>	<u>4.913</u>

**Notas Explicativas**

	TRIMESTRE					
	30.06.2015			30.06.2014		
	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)	Despesas gerais (a)/(b)	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)	Despesas gerais (a)/(b)
Contas de Resultado:						
Arteris S.A.	-	10.920	2.816	-	9.097	3.432
Latina Manutenção de Rodovias	2.663	-	-	7.118	-	-
Latina Sinalização de Rodovias	1.000	-	-	1.018	-	-
<b>Total</b>	<b>3.663</b>	<b>10.920</b>	<b>2.816</b>	<b>8.136</b>	<b>9.097</b>	<b>3.432</b>

  

	SEMESTRE					
	30.06.2015			30.06.2014		
	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)	Despesas gerais (a)/(b)	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)	Despesas gerais (a)/(b)
Contas de Resultado:						
Arteris S.A.	-	22.441	5.340	-	16.216	4.195
Latina Manutenção de Rodovias	5.534	-	-	13.565	-	-
Latina Sinalização de Rodovias	1.431	-	-	2.277	-	-
<b>Total</b>	<b>6.965</b>	<b>22.441</b>	<b>5.340</b>	<b>15.842</b>	<b>16.216</b>	<b>4.195</b>

- (a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.
- (c) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (d) Decorrentes de contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos que variam de 1,037% a 1,6% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2015 e do principal a partir de 2017, conforme demonstrados a seguir:

**Notas Explicativas**

Autovias S.A.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				30.06.2015	31.12.2014
22.08.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a. (i)	40.000	1.156	30.770
18.09.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	48.000	40.818	36.203
04.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	3.000	2.412	2.131
17.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a. (ii)	23.000	-	16.173
26.12.2012	dezembro/2017	CDI + 1,6% a.a.	15.000	4.021	2.990
07.02.2013	dezembro/2017	CDI + 1,6% a.a.	53.000	13.647	10.034
05.03.2014	dezembro/2017	CDI + 1,40% a.a.	30.000	4.441	2.601
01.04.2014	dezembro/2017	CDI + 1,40% a.a.	30.000	4.189	2.363
25.06.2014	dezembro/2017	CDI + 1,40% a.a.	40.000	4.571	2.190
			<u>282.000</u>	<u>75.255</u>	<u>105.455</u>

- (i) Em março de 2015 a Sociedade recebeu parcialmente R\$32.552 referente a juros incorridos.
- (ii) Em fevereiro de 2015 a Sociedade recebeu integralmente R\$39.722 sendo R\$16.722 referente a juros incorridos e R\$23.000 de principal.

No decorrer do trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2015, a Sociedade reconheceu o montante de R\$508 e R\$992 respectivamente (R\$530 e R\$685 no trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2014), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada período e seu pagamento efetuado no período seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$817 e R\$1.157.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o período social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria

## Notas Explicativas

profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas à diretoria para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

### 14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Imposto de renda	6.004	8.598
Contribuição social	3.232	3.248
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	485	488
Programa de integração social - PIS	181	193
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	833	891
Tributos federais retidos	149	227
Impostos sobre serviços - ISS	1.437	1.620
Total	<u>12.321</u>	<u>15.265</u>

### 15. CREDOR PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM (Termo Aditivo Modificativo) em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário estadual de logística e transportes em 28 de junho de 2012 e tornou-se vigente em 2013, a partir do reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1 de julho de 2013 pelo índice do IGP - M, mas com repasse zero aos usuários. Como forma de recomposição do reequilíbrio do

**Notas Explicativas**

Autovias S.A.

contrato de concessão o Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013. Na data base de 31 de março de 2015, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 1º de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste de 5,17% que não correspondeu a variação do IPCA do período. A Sociedade não concordou com a decisão unilateral do Governo do Estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e vem tomando medidas de defesa para garantir seus direitos.

Em 27 de junho de 2015 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Autorização da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2015 pelo índice IGP-M.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente		Valor real em(*)	
	30.06.2015	31.12.2014	30.06.2015	31.12.2014
<b>Circulante</b>				
Direito de outorga	7.930	7.634	8.141	7.838
Parcela variável (a)	412	441	412	441
<b>Total</b>	<b>8.342</b>	<b>8.075</b>	<b>8.553</b>	<b>8.279</b>
	Valor presente		Valor real em(*)	
	30.06.2015	31.12.2014	30.06.2015	31.12.2014
<b>Não circulante</b>				
Direito de outorga	16.016	18.669	17.758	20.948
<b>Total</b>	<b>16.016</b>	<b>18.669</b>	<b>17.758</b>	<b>20.948</b>

(\*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária).

A quantidade de parcelas a partir de 30 de junho de 2015 está assim representada:

	Parcelas		
	Circulante	Não circulante	Total
Quantidade de parcelas	12	26	38

O valor pago pela Sociedade no decorrer do período findo em 30 de junho de 2015 ao Poder Concedente foi de R\$6.425 (R\$3.910 de parcela fixa e R\$2.515 de parcela variável).



## Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2015, as parcelas relativas ao valor presente classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2016 (após junho)	3.848
2017	7.419
2018	4.749
	<u>16.016</u>

### 16. PROVISÕES

#### Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 30 de junho de 2015 é conforme segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Reversão</u>	<u>30.06.2015</u>
Cíveis	943	792	(24)	(689)	1.022
Trabalhistas	24	963	-	(962)	25
Total	<u>967</u>	<u>1.755</u>	<u>(24)</u>	<u>(1.651)</u>	<u>1.047</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis e trabalhistas. Tais processos representam os montantes de R\$934 e R\$857, respectivamente em cada natureza de risco, em 30 de junho de 2015 (R\$915 e R\$857 respectivamente em 31 de dezembro de 2014).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

#### Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos

**Notas Explicativas**

Autovias S.A.

considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 é conforme segue:

	Circulante	Não circulante	
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia
Saldos em 31.12.2014	27.773	76.594	2.412
Adições	-	11.929	-
Utilizações	(6.250)	-	-
Ajuste a valor presente	-	4.968	64
Transferências	24.296	(24.296)	-
Saldo em 30.06.2015	45.819	69.195	2.476

Os pagamentos efetuados no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$10.134 (R\$22.364 em 31 de dezembro de 2014).

**17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

- a) O capital social em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$128.514, integralizado pelo valor de R\$117.655. As ações ordinárias sem valor nominal em 30 de junho de 2015 estão demonstradas a seguir:

	30.06.2015		
	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	125.040.451	114.181.880	100%

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

**Reserva legal e retenção de lucros**

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

**Distribuição de dividendos**

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

## Notas Explicativas

No semestre findo em 30 de junho de 2015, foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$49.432, pagos em março de 2015 como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

### Juros Sobre Capital Próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do período ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio período, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2015 a Sociedade propôs distribuição lucros antecipados sobre a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$3.396, líquido de R\$599, referente ao imposto de renda retido na fonte. Em 27 de Março de 2015 foram pagos R\$4.913 referente ao período findo em 2014.

## 18. RECEITAS

Estão representadas por:

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita de serviços prestados	82.933	164.325	83.390	164.011
Receita de serviços de construção	6.832	14.129	19.161	33.507
Outras receitas	609	1.217	572	1.151
	<u>90.374</u>	<u>179.671</u>	<u>103.123</u>	<u>198.669</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita bruta	90.374	179.671	103.123	198.669
ISSQN	(4.159)	(8.243)	(4.180)	(8.224)
PIS	(550)	(1.090)	(553)	(1.088)
COFINS	(2.537)	(5.030)	(2.553)	(5.022)
Receita líquida	<u>83.128</u>	<u>165.308</u>	<u>95.837</u>	<u>184.335</u>

**Notas Explicativas**

Autovias S.A.

**19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Despesas:				
Com pessoal	(2.901)	(4.945)	(2.815)	(4.214)
Serviços de terceiros	(975)	(1.814)	(757)	(1.398)
Manutenção de bens e conservação	(30)	(68)	(23)	(44)
Depreciação / Amortização	(83)	(170)	(84)	(160)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(71)	(80)	69	119
Seguros/Garantias	(4)	(7)	(10)	(17)
Consumo	(1.050)	(2.205)	(1.403)	(1.849)
Transportes	(146)	(289)	(148)	(256)
Outros	(271)	(557)	(288)	(477)
<b>Total</b>	<b>(5.531)</b>	<b>(10.135)</b>	<b>(5.459)</b>	<b>(8.296)</b>

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Custos:				
Custos de serviços da Construção	(6.832)	(14.129)	(19.161)	(33.507)
Com pessoal	(3.395)	(6.611)	(2.294)	(4.645)
Serviços de terceiros	(2.111)	(4.327)	(3.861)	(7.583)
Conservação	(1.735)	(3.760)	(1.694)	(3.508)
Manut./Conserv. Móveis/imóveis	(674)	(1.107)	(268)	(616)
Consumo	(519)	(904)	(393)	(734)
Transportes	(965)	(1.899)	(642)	(1.185)
Seguros / Garantias	(517)	(1.037)	(447)	(908)
Custos com poder concedente	(1.254)	(2.485)	(1.262)	(2.481)
Provisão de manutenção em rodovias	(8.856)	(16.899)	(9.492)	(21.440)
Depreciação / Amortização	(16.251)	(34.891)	(11.425)	(22.098)
Outros	(16)	(35)	46	16
<b>Total</b>	<b>(43.125)</b>	<b>(88.084)</b>	<b>(50.893)</b>	<b>(98.689)</b>

**Notas Explicativas****20. RESULTADO FINANCEIRO**

Estão representados por:

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receitas financeiras:				
Juros ativos	10.920	22.441	9.097	16.216
Aplicações financeiras	903	3.297	3.082	8.005
Outras receitas	-	3	-	-
<b>Total</b>	<b>11.823</b>	<b>25.741</b>	<b>12.179</b>	<b>24.221</b>

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(13.232)	(30.675)	(14.169)	(28.564)
Atualização monetária do ônus da concessão	(778)	(1.553)	(398)	(1.493)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(591)	(5.032)	(1.292)	(2.687)
Outras despesas	(247)	(461)	(304)	(454)
<b>Total</b>	<b>(14.848)</b>	<b>(37.721)</b>	<b>(16.163)</b>	<b>(33.198)</b>

**21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

## a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

## b) Informações suplementares

	30.06.2015	30.06.2014
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	(12.606)	1.507
Juros capitalizados	3.396	1.685

**Notas Explicativas**

Autovias S.A.

**22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2015 e de 2014 é como segue:

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	31.034	54.238	35.076	67.856
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(10.552)	(18.441)	(11.926)	(23.071)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	710	1.358	675	1.462
Outros ajustes	(133)	(761)	484	382
Despesa contabilizada	<u>(9.975)</u>	<u>(17.844)</u>	<u>(10.767)</u>	<u>(21.227)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(10.901)	(19.992)	(12.940)	(26.008)
Diferido	926	2.148	2.173	4.781

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade adotou antecipadamente esta Lei a partir de 1º de janeiro de 2014.

**23. LUCRO POR AÇÃO**

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro líquido do exercício	21.059	36.394	24.309	46.629
Número de ações durante o ano	<u>114.182</u>	<u>114.182</u>	<u>114.182</u>	<u>114.182</u>
Lucro por ação	<u>0,18440</u>	<u>0,31870</u>	<u>0,21290</u>	<u>0,40837</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 30 de junho de 2015, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

## Notas Explicativas

### 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

#### Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucro.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

#### Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

**Notas Explicativas**

Autovias S.A.

Ativos	Nível (*)	30.06.2015	31.12.2014
		Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	1.138	2.142
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	32.745	39.430
Aplicações financeiras	Nível 2	21.260	58.734
Partes relacionadas	Nível 1	334.908	387.683
Contas a receber clientes	Nível 1	22.677	19.530
Outras contas a receber	Nível 1	278	213

  

Passivos	Nível (*)	30.06.2015	31.12.2014
		Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções	Nível 1	5.312	7.299
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	998	1.068
Debêntures	Nível 2	377.507	480.324
Partes relacionadas	Nível 1	5.515	8.244
Credores pela concessão	Nível 1	24.358	26.744
Outras contas a pagar	Nível 1	4.162	428

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado

Riscos de mercado

## a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.



## Notas Explicativas

### b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de junho de 2015, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos com partes relacionadas.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	11,93%	14,91%	17,90%	8,95%
Juros a incorrer (*)	(24.450)	(30.531)	(36.370)	(18.901)
Receita de aplicações financeiras	6.507	8.134	9.761	4.880
Receita financeiras de mútuos	44.365	54.274	64.148	34.420
IPCA	5,37%	6,71%	8,06%	4,03%
Juros a incorrer (*)	<u>(14.188)</u>	<u>(15.688)</u>	<u>(17.189)</u>	<u>(12.690)</u>
Juros a incorrer líquido (*)	<u>12.234</u>	<u>16.189</u>	<u>20.350</u>	<u>7.709</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(\*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

### c) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2015 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$21.482 (R\$19.023 em 31 de dezembro de 2014) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

**Notas Explicativas**

Autovias S.A.

## d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2015	2016	2017	Total
Debêntures - CDI	12,70%	64.984	121.329	119.348	305.661
Debêntures - IPCA	18,00%	-	69.500	71.283	140.783
B. Brasil - Finame	6,00%	240	461	365	1.066
Credores pela concessão	5,60%	4.195	8.912	16.536	29.643
Total		<u>69.419</u>	<u>200.202</u>	<u>207.532</u>	<u>477.153</u>

**25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

**26. GARANTIAS E SEGUROS**

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que

## Notas Explicativas

integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de junho de 2015, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	18.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	92.626
(*) Por sinistro.		

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autovias S.A.

Ribeirão Preto - SP

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autovias S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

##### Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e trimestre anterior, respectivamente

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e as informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2014, apresentados para fins

de comparação foram, respectivamente, auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios sem modificação, respectivamente, em 25 de fevereiro de 2015 e 6 de agosto de 2014.

Campinas, 5 de agosto de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Edgar Jabbour

Auditores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 156465/O-9